

**SOCIEDADE POR QUOTAS**

## SUCESSORA TESTAMENTÁRIA DE SÓCIO

TÍTULO EXTRAJUDICIAL — CHEQUE - PROTESTO - INADIMPLEMENTO - LEI 7.661/45 - ART. 960/CCOM - INSOLVÊNCIA

**EMENTA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL - COMARCA DE .... .., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº ....., com sede na Rua .... nº ....., em ....., Estado ....., neste ato representada por ....., (qualificação), inscrito no CPF/MF sob nº ....., residente e domiciliado na Rua .... nº ....., em ....., através de seus advogados e procuradores, infra firmado, com escritório profissional sito na Rua .... nº ....., Edifício ....., em ....., Estado ....., onde recebem intimações, vem, mui respeitosamente, perante V. Exa., propor o presente pedido de FALÊNCIA, contra ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº ....., com sede na Rua .... nº ....., em ....., Estado ....., pelas seguintes razões de fato e de direito, a seguir aduzidas: A Requerente é credora da Requerida, pela importância de R\$ .... (....), representada pelo título abaixo discriminado, o qual encontra-se revestido de todas as formalidades legais: Cheque nº .... - emitido em .../.../... - valor R\$ .... Não tendo sido o mesmo pago por insuficiência de fundos, quando apresentado ao banco, e tendo a Requerente exaurido todos os meios de cobrança amigáveis, sem ter logrado êxito, em razão das infundáveis promessas protelatórias da Requerida, foi o mesmo levado para protesto, onde mais uma vez a Requerida deixou de honrar sua obrigação, configurando seu estado de insolvência, conforme faz prova o instrumento de protesto, anexo. Face ao exposto, trata-se de obrigação líquida, certa e exigível e estando configurada a impontualidade da devedora, requer que Vossa Excelência, digne-se a acolher o presente pedido, determinando a citação da Requerida, por Carta de Citação, para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, apresente a defesa que tiver, sob pena de ser lhe decretada a FALÊNCIA. Requer ainda, caso pretenda a Requerida elidir a falência, seja condenada ao pagamento das custas processuais, despesas de protesto, juros de mora, correção monetária, a contar do vencimento do título, conforme dispõe o art. 397, do Código Civil, honorários advocatícios e demais cominações legais. Para demonstrar a verdade do alegado, a Requerente valer-se-á da prova documental (a qual vai anexa por exigência do art. 396, do Código de Processo Civil), reservando, todavia, a faculdade de usar dos demais recursos probatórios admitidos pela lei, notadamente, depoimento pessoal do representante da Requerida, juntada de novos documentos, e demais meios de prova que se fizerem necessários para a elucidação dos fatos. Dá-se à causa o valor de R\$ .... (....). Nestes termos, pede deferimento. ...., .... de .... de .... .....

Advogado